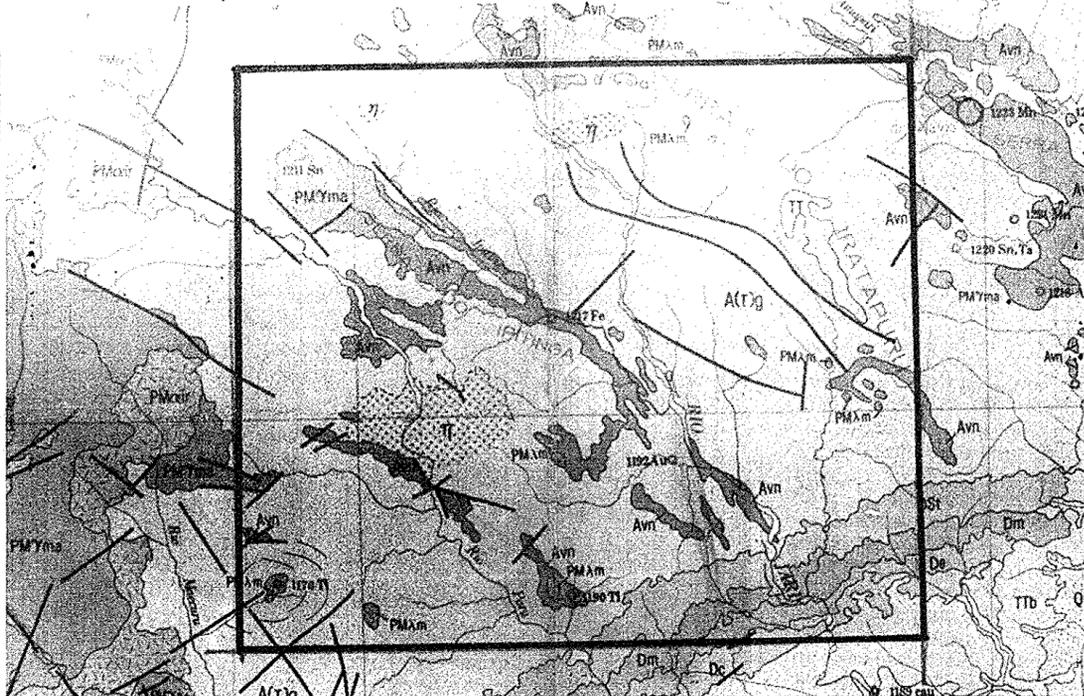


A Serra do Ipitinga, situada na fronteira entre o Pará e o Amapá, poderá, em pouco tempo, transformar-se no centro das atenções do país, provocando uma nova "corrida do ouro". De acordo com estudos desenvolvidos há mais de dez anos pela Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM) no local, onde fica a "Reserva Nacional do Cobre e seus Associados", foram detectadas formações rochosas semelhantes às da Serra dos Carajás — denominadas greenstone belts —, indicando a possibilidade de novas jazidas de ouro. Apesar dos levantamentos efetuados pela empresa, contudo, que por si só já seriam merecedores de pesquisas mineralógicas mais aprofundadas para verificação do potencial da área, as sondagens estão sendo impossibilitadas devido a uma polêmica em torno da Reserva.



No mapa um retrato das possibilidades auríferas detectadas pelos técnicos na área da serra do Ipitinga

Serra do Ipitinga: uma nova corrida do ouro pode começar

tinga é a existência de uma jazida de minério, cuja lavra está sendo executada pela empresa Mineração Transamazônica (MTA), de capital australiano.

Reserva
O nome "Reserva Nacional do Cobre" foi habilidosamente elaborado para desviar a atenção das multinacionais para a possível existência de ouro no local. Com a criação da reserva mineral, através do Decreto nº 89.404, de 24 de feverei-

A falta de verbas de que se ressentem a CPRM impede que as pesquisas sejam concluídas com êxito

ro de 1984 — posteriormente alterado pelo Decreto nº 92.107, de 10 de dezembro de 1985 —, durante o governo João Figueiredo, ficou estabelecida a exclusividade de execução de pesquisas à CPRM, vinculada ao Ministério das Minas e Energia, como forma de recompensar a exclusividade dos estudos que a empresa vinha realizando no local há mais de dez anos — os direitos sobre a reserva foram ainda preteridos pela British Petroleum e pela Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), para execução da lavra.

Ainda conforme o decreto, a concessão de lavra das jazidas de cobre e minerais a ele associados, na área sob reserva, somente seria outorgada às empresas com as quais a CPRM houvesse negociado os resultados de seus trabalhos de pesquisa, de acordo com o previsto no Decreto nº 764, de 15 de agosto de 1969. Foi o que aconteceu, por exemplo, em 1986, quando a CPRM negociou uma jazida de ouro com a Mineração Transama-

zônica (MTA). De acordo com o regimento da CPRM, a empresa é impedida de realizar a lavra mineral, podendo efetuar apenas levantamentos, mapeamentos e pesquisas.

"Loteamento"
Além do impedimento regimental no que concerne à execução da lavra, a empresa sofre também pela falta de verbas governamentais para dar continuidade às pesquisas que foram iniciadas. A solução para o problema vem sendo reivindicada pelos funcionários da CPRM, que estão esbarrando na figura do próprio presidente da empresa, José Carlos Boa Nova. Segundo o presidente da Coordenação Nacional das Associações dos Empregados da CPRM (Conae), José Ribeiro Mendes, o presidente "quer vender o ouro aos bandidos". Conforme ele, Boa Nova tem usado de "má fé e inverdades" ao defender a tese de que a reserva não merece uma dotação orçamentária especial do governo brasileiro, no valor de Cz\$ 812 milhões, para realização de pesquisas, por ser essa apenas uma das 700 áreas de pesquisa da empresa no país.

Na opinião de José Ribeiro Mendes, o presidente da CPRM está tentando "lotear a reserva para as multinacionais", ao inviabilizá-la financeiramente. Segundo ele, Boa Nova foi secretário do Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram), "entidade que defendeu, na Constituinte, as teses das multinacionais do setor". Diante da barreira do presidente da empresa, os geólogos da CPRM recorreram ao Congresso Nacional.

Desvio de verbas

Para surpresa geral, principalmente dos geólogos paraenses, o senador e relator da Comissão Orçamentária do Congresso Nacional, Almir Gabriel, mostrou-se contrário, em primeira instância, à emenda do deputado federal Luis Salomão (PDT-RJ), que reivindica-

va a quantia para aplicação exclusiva em estudos na Reserva Nacional do Cobre. A decisão só foi revertida posteriormente, em virtude das pressões de alguns políticos, como a deputada federal Raquel Cândido, que acabaram por conseguir o parecer favorável.

Os geólogos da CPRM preocupam-se com o desvio das verbas já destinadas ao estudo da reserva do Ipitinga

A grande preocupação dos geólogos da CPRM, agora, é o desvio da verba destinada às pesquisas, por parte do presidente da empresa, para a realização de mapeamentos em outras áreas. O mapeamento, que também é defendido pelos geólogos, deveria ser realizado através do Programa de Levantamentos Geológicos Básicos do Brasil, o que nunca aconteceu.

Inovação tecnológica
A exploração da área teve início na década de 50, com a presença de garimpeiros nos rios Vila Nova, Cupixi e Jari. Bem próximo à área, mas fora da Reserva, na Serra do Navio, a Indústria e Comércio de Minérios S.A. (Icomi) realizava exploração de manganês. Em 15 de agosto de 1969 foi criada a CPRM, com o objetivo de desenvolver trabalhos de levantamentos geológicos básicos, recursos hídricos e pesquisa mineral. A empresa, vinculada ao Ministério das Minas e Energia, executava serviços para os programas do governo, seguindo o modelo das empresas francesas. Em 1972, tiveram início os mapeamentos geológicos pelo Projeto Paru-Jari, desenvolvidos conjuntamente com o Departamento Nacional da Produção Mineral (DNPM).

A partir de então, foi iniciado o projeto Norte da Amazônia (1974), no domínio Oiapoque-Jari. No mesmo ano, a instalação do Projeto Radar da Amazônia (Radam) na área trouxe uma nova tecnologia: a fotografia aérea através de imagens de radar. Em 1976, houve a retirada do Radam. Em 1978, a CPRM e o DNPM desenvolveram o Projeto Sudoeste do Amapá, quando foram identificadas as formações greenstone belts, conhecidas no mundo inteiro como faixas de grande incidência de metais associados. Com a mudança da diretoria executiva da CPRM nesse ano — assumida, pela primeira vez, por um geólogo, Edison F. Susczynski —, os trabalhos na área de pesquisa mineralógica foram reforçados.

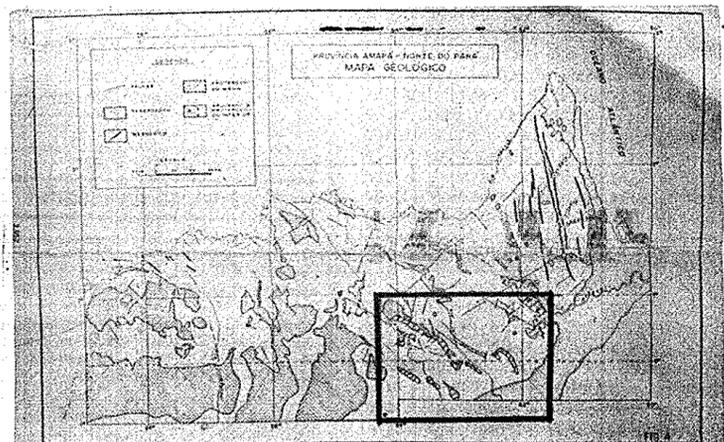
"Curva da Morte"
Dessa forma, o Projeto Uirapuru saiu da fase meramente especulativa e ingressou nas pesquisas propriamente ditas, dimensionando a primeira jazida de ouro na área, posteriormente negociada pela CPRM com a MTA. No período de 1979 a 1985, com César Cals à frente do Ministério das Minas e Energia, foram efetuados profundos cortes nos investimentos governamentais destinados à empresa, fenômeno denominado, pelos geólogos, como "Curva da Morte". A solução adotada foi a realização de um convênio com o Grupo Executivo do Baixo Amazonas (Gebam), dirigido pelo almirante Gama e Silva.

Em conjunto com o Gebam, a CPRM desenvolveu os projetos Mapari, Purgatório, Ipitinga, Cuiapocu e Corocal, todos em 1982; Cérbero I e II, Cérbero I-Alfa e II-Alfa e Iratapuru, nas áreas do Cupixi e do Camaipi. Em 1986, todos os projetos foram interrompidos por falta de verbas. Sua retomada, agora, depende apenas da liberação das verbas aprovadas pelo Congresso Nacional.

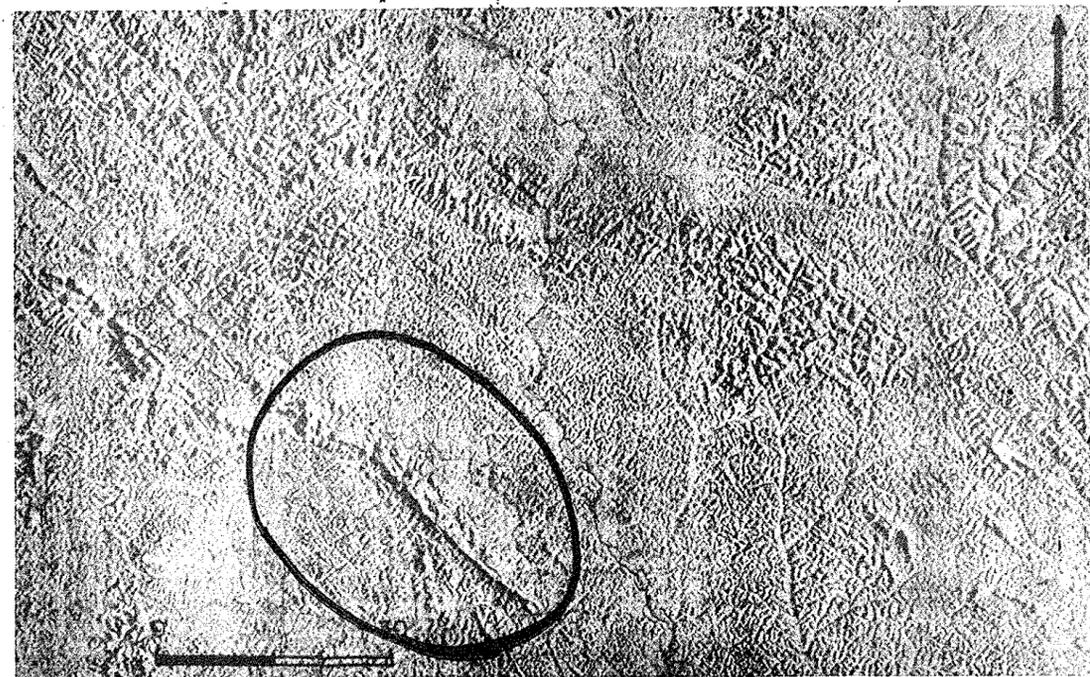
A Reserva Nacional do Cobre pode conter metais 'associados' que podem transformá-la no centro das atenções

A julgar apenas pelo nome abreviado através do qual a reserva mineral é mais conhecida — Reserva Nacional do Cobre —, qualquer um poderia supor a existência exclusiva daquele minério. O "x" da questão, porém, estrategicamente "camuflado", reside justamente na presença do termo "e seus Associados", que compõe seu nome oficial: Reserva Nacional do Cobre e seus Associados. A descoberta dos greenstone belts — "cinturões de pedra verde" — indicam a possível presença de outros minerais associados ao cobre, como o cobalto, níquel, platina, estanho, cádmio, prata, lantânio, zinco, chumbo e, principalmente, ouro — o metal mais freqüentemente associado ao cobre.

Essas formações rochosas encontradas na Serra do Ipitinga, caracterizadas como faixas de ocorrência de diversos minerais, são as mesmas encontradas na Serra dos Carajás, no Canadá e na África do Sul. Um outro indicio da ocorrência de ouro ao longo da Serra do Ipi-



A serra localiza-se na fronteira entre Pará e Amapá



Na faixa escura as formações rochosas denominadas 'greenstone belts', semelhantes às da serra dos Carajás

PF não vai retirar garimpeiros que invadiram o Parque Nacional

A Polícia Federal não participará da retirada dos garimpeiros que recentemente invadiram a área do Parque Nacional do Pico da Neblina, em Roraima. A declaração é do superintendente regional da PF no Amazonas, delegado Luiz Almendros, alegando que a ação contra a ocupação ilegal daquela região, deve ser deflagrada pelo Conselho de Segurança Nacional (CSN), acionando órgãos como a Aeronáutica, IBDF e o próprio Exército brasileiro.

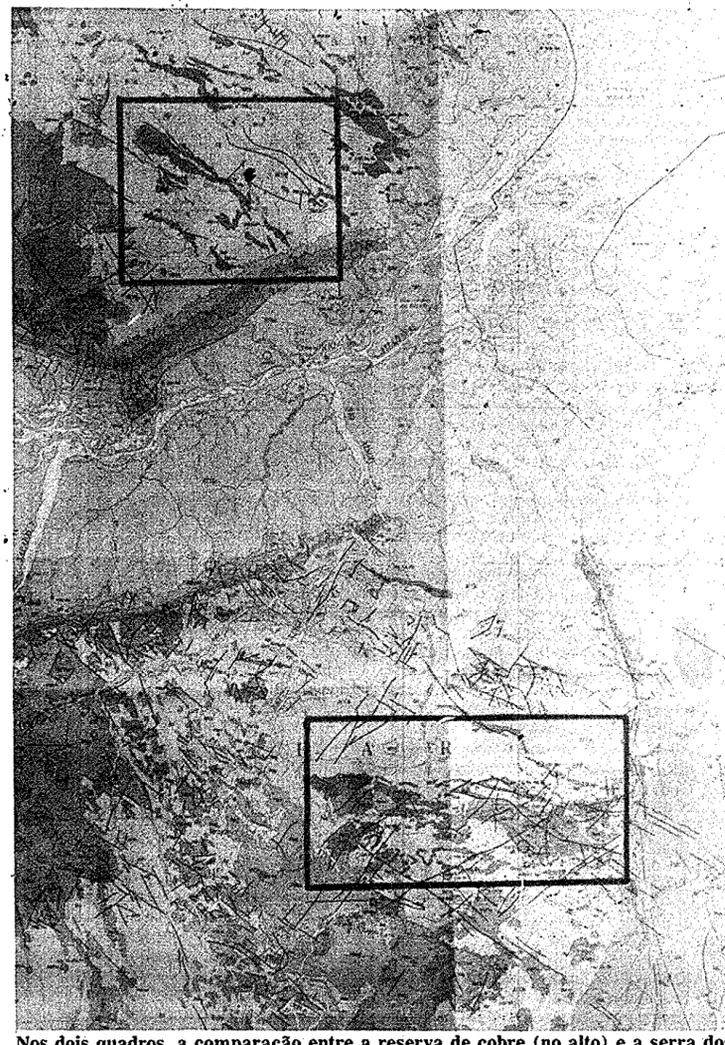
Almendros, disse que já recebeu um relatório do superintendente regional, da Fundação Nacional do Índio (Funai), Celmo Alencar sobre a situação no Pico da Neblina, mas disse que a PF por enquanto não pode agir sem

uma decisão do CSN. Para ele, o conflito entre os garimpeiros e os índios Yanomanes, é um problema social e político e "a PF não pode chegar lá e retirar na marra os garimpeiros".

O relatório feito por Alencar e que será enviado à Divisão de Ordem e Política Social, do departamento da PF em Brasília, afirma que cerca de 100 garimpeiros já se encontram no Pico da Neblina, ocupando parte da área Yanomane e que pelo menos quatro helicópteros estão operando na região (utilizando a pista do Pico e do Baiano da Formiga, no Surucucu) dando suporte aos garimpeiros que recebem alimentos, através de lançamentos no acampamento que já foi montado no local. De acordo com o relatório, os ga-

rimpeiros estariam preparando toda a infra-estrutura para uma invasão em massa do parque nacional. A primeira tentativa de invasão da reserva nacional aconteceu em setembro passado, quando 70 garimpeiros, chegaram à região depois de aliciar com alimentos as lideranças indígenas Maturacá. No entanto, acabaram sendo retirados do local, após uma série de entendimentos mantidos entre a Funai, IBDF e as lideranças indígenas.

No relatório, a presidência da Funai apresenta um completo plano estratégico para a retirada dos garimpeiros, cuja viabilidade na avaliação de Celmo Alencar, dependeria apenas da colaboração da Polícia Federal.



Nos dois quadros, a comparação entre a reserva de cobre (no alto) e a serra dos Carajás